

A relação professor-aluno não existe: corpo e imagem, presença e distância

Voltolini, Rinaldo

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Voltolini, R. (2007). A relação professor-aluno não existe: corpo e imagem, presença e distância. *ETD - Educação Temática Digital*, 8(esp.), 119-139. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-73806>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more Information see:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NÃO EXISTE: CORPO E IMAGEM, PRESENÇA E DISTÂNCIA*Rinaldo Voltolini***RESUMO**

O recente e crescente uso de recursos áudio-visuais e de informática no ensino recolocou para muitos a questão da necessidade da presença do professor. Longe de ser apenas um recurso que vem prolongar o que já está no universo escolar, sua entrada modifica a dinâmica da relação professor-aluno. As condições que permitiram esta entrada parecem corresponder aquilo que Lacan elucida em sua teoria dos Discursos quando se pergunta: os gadgets vencerão? A mudança das relações entre o sujeito e o objeto, características deste novo discurso contemporâneo, o do Capitalista, no qual o objeto parece predominar sobre o sujeito, podem ser lidas em vários âmbitos. O objetivo deste estudo é analisar as vicissitudes desta mudança no interior das práticas educativas, particularmente em torno do que esta questão sobre a necessidade da presença do professor ilustra sobre ela.

PALAVRAS-CHAVE

Relação professor-aluno; Discurso; Objeto

THE RELATIONSHIP TEACHER-STUDENT DOES NOT EXIST: BODY, IMAGE, PRESENCE AND DISTANCE**ABSTRACT**

The recent and growing use of audiovisual sources and computing in teaching re-set for many people the issue of the need of the teacher's presence. Far from being only a source that extends what already is in the school universe, its entrance changes the dynamic of the relationship teacher-student. The circumstances which permitted this entrance seem to correspond to what Lacan elucidates in his theory of the Discourses when it is questioned: will the gadgets win? The change of relationship between subject and object, typical of this new contemporary discourse, the Capitalist, in which the object seems to predominate the subject may be understood in various ways. The goal of this study is to analyze the vicissitudes of this change inside the educational practice, particularly considering what this question of the necessity of the teacher's presence illustrates about it.

KEYWORDS*Relationship teacher-student; Discourse; Object*

Em seu texto sobre o Mal-estar na Civilização (1930), Freud constata a inquietação dos homens diante da descoberta de que haviam criado pelo próprio uso da Razão, atributo que lhes conferira uma supremacia indiscutível sobre os “limites que a natureza lhe impusera”, instrumentos com os quais poderiam pôr fim a sua própria existência na Terra.

Seu decorrente mal-estar viria da convicção íntima de que já não podiam mais confiar cegamente na justeza de sua Razão nem mais controlar integralmente o destino dos objetos por eles criados a ponto de impedi-los de “ganhar autonomia” em relação à própria vontade do criador.

É a mesma questão que retoma Kubrick no filme “2001: uma Odisséia do espaço”, clássico no gênero da ficção, ao representar o momento em que a “máquina vira sujeito” e desaloja o homem de sua posição de comando. Mas é a mesma questão também que retorna na perspectiva do remédio criado para “resolver” o problema da impotência masculina, que garante uma “ereção sem sujeito”. Ainda que ele possa fazer algo para obtê-la nada pode fazer para terminá-la, a não ser aguardar que os efeitos do remédio, que agora está no comando, sigam seu ciclo normal.

Ocasão para percebermos um paradoxo interessante: o quanto um “sem-limites” que o exercício da Razão nos levou, se foi capaz de nos emancipar dos limites impostos pela Natureza, não pôde, entretanto, nos livrar de desembocar num outro limite agora imposto pela própria lógica do objeto criado por nós.

O sonho acalentado por séculos, que a construção de objetos pudesse nos dispensar da labuta, realiza na contemporaneidade sua faceta inusitada: a do risco de que eles nos dispensem de tudo.

Os professores, por sua vez, se inquietam porque sentem a ameaça de sua extinção que lhes espreita. Defendem-se advogando sua imprescindibilidade, a mesma que já havia começado a ser questionada quando uma certa psicologização da educação veio, em nome de um suposto bom desenvolvimento da criança, prescrever ao professor um papel acessório, de “intermediador”, “facilitador”, enfim, de alguém cuja presença deveria primar pelo “apagamento”.

Mas seria com o hiperdesenvolvimento tecnológico, associado a questões econômicas como a da extensão do ensino a todos, que viria o golpe mais decisivo. Aquele na qual a ameaça muda da psicologização ganharia a voz necessária para que não restasse dúvidas de que o risco estava de fato aí.

O avanço dos recursos áudio-visuais e de informática e sua aplicação ao ensino viriam recolocar mais decisivamente a questão do papel do professor, ou pelo menos de “sua presença” frente aos alunos que com muito mais economia poderiam agrupar-se “à distância” e receber o conhecimento através de meios tecnológicos criados para garantir o “acesso à informação”.

É claro que sempre se pode dizer que ainda será necessário o professor face a face com o aluno, e que mesmo os sistemas de ensino à distância, por exemplo, não o dispensam de sua função de acompanhamento da aprendizagem. Na verdade é defendida sua presença, não certamente com a mesma frequência e extensão, posto que se assim fosse tal ensino para nada mereceria o nome de “à distância”, mas para destrinchar com os alunos os conteúdos que através da máquina recebem. Talvez como um último suspiro que não deixa de se assemelhar com aquele dos amantes que se conheceram pela Internet e que marcam um “encontro” para que, enfim, um mínimo de realidade nesta relação não se perca.

Poderíamos nos perguntar se não há algo nesta mudança que modifica a forma de considerarmos a presença real, ou seja, aquela que depende do suporte “corporal”?

Um objeto não o é sem suas circunstâncias, sem as coordenadas que o definem, quer dizer, ele não entra num sistema sem cobrar o preço de carregar consigo a lógica de sua constituição, sem que sua “oferta crie demanda”.

O mais comum é se pensar que as características de um meio qualquer não se alteram por conta da entrada de um novo objeto, mas ilude-se quem pensa que um objeto como o computador, apenas para evocar um exemplo entre tantos outros, entra no universo escolar como um “recurso a mais” que se soma a outros e que apenas prolongaria uma lógica de trabalho que já se encontra ali.

A entrada do computador na escola implica que os processos de ensino se flexibilizem em sua direção como parece atestar, por exemplo, o desassossego dos professores que em geral têm que se esforçar muito mais para coibir o uso dispersivo por

parte dos alunos do que para beneficiar-se da máquina naquilo que nela haveria de instrumental para seu trabalho. Diante da multiplicidade de espaços que se abrem à “navegação”, o professor se dá conta que grande parte de seu esforço, talvez a maior, consiste em evitar que o fascínio exercido pelas possibilidades da máquina predominem sobre as finalidades de seu uso. Interessante versão da vitória do objeto sobre o sujeito

É assim que a lógica capitalista, cujo traço principal, segundo a rubrica lacaniana, seria o da primazia do objeto sobre o sujeito e a promessa de uma relação direta e satisfatória entre ambos, busca se perenizar. Fazendo com que o indeterminado do desejo se transmute em determinado da necessidade para a qual o sistema de ofertas teria o objeto na medida certa, já que feito para criar sua própria demanda, “pronto para levar”.

O risco contido em uma tal proposição está no que nela existe de afirmação de que o acesso direto ao objeto seria mais compensatório do que o tortuoso e incerto caminho do laço com o outro, induzindo ao desinvestimento no laço.

Daí outro interessante paradoxo, cuja forma assumida na educação parafraseamos no título deste texto: que a relação sexual não exista, segundo aforisma de Lacan, presente ao longo de toda sua obra, é a condição para que os laços sociais existam, ou seja, que não haja equação exata entre o sujeito e o objeto de sua satisfação é o que impulsiona o sujeito na direção do outro com quem espera suplementar a falta que ele herda desta inadequação ao objeto. Se o objeto lhe for apresentado como portando os contornos de seu desejo ele é induzido a iludir-se com o fato de que este lhe completa resultando em um desinteresse pelo outro (que, de todo modo, é aquele que é sempre o inferno segundo a conhecida fórmula sartreana).

Que a “relação professor-aluno não exista”, numa paráfrase do aforisma de Lacan (1972-73), indicando o engodo de uma relação assim abstrata, ideal, tal como prescrita nas teorias pedagógicas atuais, é a condição de possibilidade para que existam relações entre professores e alunos reais, relações estas sempre marcadas pela incompletude e pelo impossível.

O atual estágio das coisas em educação não mostraria a presença de uma nova versão para este aforisma: a da desapareição “das relações entre professores e alunos?”

A Naturalização do humano e a razão instrumental

Para além de todo exagero catastrofista, cuja razão não é outra senão proteger-se numa sensação nostálgica do mundo, é defensável uma apreciação do futuro segundo o exame das tendências do presente. O gênero da ficção científica não faz outra coisa a não ser perceber o enraizamento presente de algo que tende a se desenrolar no futuro.

A emergência de uma teoria como a behaviorista, comprometida com a adesão ao ideal e aos métodos das “Ciências Naturais” no estudo do homem, já foi inúmeras vezes apontada como a operação que garantiria a cientificidade da Psicologia, não por sua consistência epistemológica, que permanece lhe sendo uma questão constrangedora, mas, como afirmou Canguilhem (1968) citado por Japiassu (1982), por seus serviços prestados à Tecnocracia.

O mérito de tal observação está principalmente em seu poder de deslocar a discussão de um nível meramente epistemológico, no qual o behaviorismo pareceria poder sustentar suas razões, para o nível ideológico no qual podemos apreendê-lo em suas conexões com a legitimação científica de uma nova discursividade social (a Capitalista) para a qual ele viria prestar seus serviços.

A lamentável verdade, no que concerne ao behaviorismo e a validade de suas ‘leis’, é que quanto mais pessoas há, mais eles têm a tendência de ‘bem se conduzir’ e de não suportar o não-conformismo. Na estatística, o fato é posto em evidência pelo nivelamento das flutuações. (...) A uniformidade estatística não é de modo algum um ideal científico inofensivo (ARENDT, 1958 citado por GORI; DEL VOLGO, 2005, p. 211) (tradução livre).

O que há de desagradável nas modernas teorias do comportamento, não é que elas sejam falsas, mas que elas podem se tornar verdadeiras, é que elas são, de fato, a melhor demonstração possível em conceitos de certas tendências evidentes da sociedade moderna (ARENDT, 1958 citado por GORI; DEL VOLGO, 2005, p.214).

A imagem já célebre do rato preso numa caixa que o limita, “privado em suas necessidades vitais”, a obedecer ao comando do experimentador que deseja que ele “aprenda” certos truques que lhe garantirão a vida, guarda um valor paradigmático cujo significado seria importante analisar, não naquilo que nisso mostraria d’A” aprendizagem (o maiúsculo servindo aqui para marcar a ambição de encontrar uma lei geral do

funcionamento humano), mas naquilo que isto guarda de relação com as vicissitudes da Educação atual

O primeiro ponto a observar é o da pretensão de equivalência entre o comportamento animal e o humano que tal orientação de pesquisa está inclinada a admitir. De fato, a perspectiva de tratar o homem a partir das coordenadas das Ciências Naturais não podia se dar sem perseguir as leis da “Natureza Humana”.

Toda a afirmação sobre o homem como um ser “desnaturado”, concepção clássica que continua a sustentar outra orientação de pesquisa do homem, não pode senão ser tratada dentro de tal perspectiva como uma posição preconceituosa, que acarretaria atrasos ao estudo do comportamento humano.

Não que a própria teoria behaviorista não faça, ela mesma, uma certa experiência desta desnaturação do homem, fato que ela está inclinada a negar (no sentido freudiano do termo, ou seja, para esconder um conflito, para se defender, se proteger de uma ameaça a si mesma), pois tudo nela a prepara para não poder acolher em seu domínio conceitual tal consideração.

Refiro-me ao que esconde uma certa ambigüidade presente no conceito de “condicionamento”, tão fundamental para a teoria behaviorista. Neste conceito fica reconhecido que o comportamento depende de certas “condições”, sem as quais não poderia manter-se, sem que, contudo, se chegue a reconhecer o quanto a suposta Natureza humana é frágil dada sua imensa possibilidade de alteração, fato que a própria teoria behaviorista se empenha em defender. Ou ainda, sem chegar a constatar que a noção de Natureza humana é ela mesma uma construção conceitual que dependeu também de certas “condições” históricas para aparecer. Na verdade sem poder reconhecer que a Natureza humana é mesmo, como diria Arendt (1958), junto com tantos outros, a “Condição” Humana.

Resulta interessante observar como todo este empreendimento naturalista em Psicologia parece ter se iniciado (pelo menos todos o narram como um mito original), “paradoxalmente”, com a impressionante formulação pavloviana ao conseguir demonstrar que era possível alterar em seu cachorro-cobaia uma resposta instintiva em prol de outra aprendida. Enfim, seu cachorro já podia salivar diante do simples som de uma campainha

ao invés de só emitir esta resposta face à visão de seu alimento, tal como a Natureza lhe havia dotado. Ou seja, que era possível “desnaturar” seu cachorro.

No interior da Psicanálise foi onde provavelmente esta noção de condição humana recebeu seu maior impulso e desenvolvimento.

O empaldecimento da noção de instinto em prol da noção de pulsão, a valorização de temas como os sonhos, os chistes, a cultura, os esquecimentos, tão exclusivos do humano, são marcas disso. Todo o empreendimento teórico freudiano pode ser compreendido como uma insistência em demonstrar e extrair as conseqüências do fato de nossa diferença em relação aos animais, sem precisar, contudo, aderir a nenhuma tese do “privilegio na Criação”.

Desde a obra freudiana que a expressão “virar gente”, consagrada pelo senso-comum, ganhou seu mais expressivo sentido: o de que ser homem não é um atributo natural, inato, ainda que o seja sua potencialidade, mas, antes, uma construção que é sempre tributária de certas “condições”. E mais ainda, acrescentaríamos seguindo a perspectiva freudiana, que esta construção caminha na direção de uma desnaturação do homem, de um afastamento do pouco que a Natureza nos dotou para a sobrevivência.

Para a Psicanálise seria justamente a precariedade instintiva inicial, a vacância deixada pelo instintivo na determinação do comportamento humano que, abrindo espaço à instalação do pulsional, permite a constituição do humano segundo regras nas quais a Natureza conta pouco.

Lacan (1966 (a)) explicitaria ainda melhor esta diferença fundamental entre o homem e os animais em seu estudo sobre o estágio do espelho, através da comparação entre o que se passa com o manejo da imagem em uns e em outros.

Para o homem, seu corpo, a partir de um momento inaugural e daí para sempre, restaria comprometido com a imagem unificada dele, capturada no espelhamento que o outro que se ocupa do infans lhe possibilita quando simplesmente olha para ele como um sujeito. Fascinado com a própria imagem retornada deste espelho o humano não poderá jamais, ao longo de toda sua vida, deixar de apaixonar-se por ela, a ponto de que em todas as suas futuras relações estará, feito Narciso, “condenado” a vê-la aparecer como uma sombra que media a relação com o outro.

É por isso que a criança, ainda bem imatura, responde com um sorriso jubiloso ao reflexo de sua própria imagem no espelho, experiência sem equivalentes no mundo animal. Ainda que em certas experiências alguns animais tenham sido levados a identificar sua própria imagem no espelho e não mais reagir a ela como se tratasse de um outro, nunca se verificou a presença do júbilo nesta resposta.

O corpo do homem estará marcado para sempre, a partir daí por um certo “em relação à”, “assim me vejo e te vejo segundo a forma pela qual fui visto”.

Temos, então, uma diferença crucial entre a Psicanálise e o Behaviorismo na medida que para a primeira, a comparação com o animal será sempre para encontrar a diferença, enquanto para o segundo a mesma comparação buscará as semelhanças.

Mas seguindo a torção sutil, proposta por Hannah Arendt nos trechos acima citados, podemos desenvolver o que se passa em termos da exploração política atual desta diferença epistemológica fundamental.

Poderíamos flagrar no ensino lacaniano, particularmente em sua fórmula do “Discurso do Capitalista”, a escrita de uma operação discursiva característica de uma política que precisaria, em função de seus fins “instrumentais”, fazer equivaler o homem e o animal. Trata-se de uma operação discursiva que consiste em “reduzir o desejo à necessidade”.

A escrita da fórmula do discurso do Capitalista, variação do Discurso do Mestre, permite observar pela primeira vez a possibilidade de uma relação direta, sem mediações e plenamente satisfatória entre o sujeito e o objeto, o que é significativo dado que a pesquisa freudiana já havia insistido no caráter “impossível” de tal relação.

De fato, o Capitalista é aquele que se esmera em produzir um “objeto que alguém precise”. Não que ele produza algo que reconheça o que as pessoas já precisavam, senão que o ápice de sua operação é valer-se o melhor possível desta característica propriamente humana da desnaturação, do desapego à necessidade, para “criar uma necessidade” que apareça como vital para o sujeito e para a qual seu objeto produzido se apresente. Dito de outro modo, o capitalista “cria a necessidade” para a qual o objeto produzido aparece “sob-medida”. É o que demonstra sem equívocos o famoso slogan que não exageraríamos em

tomá-lo como a tradução mais exata da visada capitalista: o “Não deixar a desejar”. Esta frase resume o que opera o Discurso do Capitalista: a tentativa da eliminação do desejo.

E ele o faz induzindo as pessoas, tal como o rato na caixa do experimentador a iludir-se com o fato de “eu tenho o que você precisa!”, o que só é possível através de uma privação que cria uma carência, construída estrategicamente, para garantia do mínimo de sucesso para esta operação.

Como vemos há um sucesso atual do Behaviorismo que não deveria deixar enganar os que acreditam que ele já não seria mais uma presença dominante no interior da Psicologia. Como sinais evidentes disto poderíamos evocar a reiteração de suas teses no âmbito da Psicologia clínica, por exemplo, a partir de uma discussão absolutamente recente entre os cognitivo-comportamentalistas e os psicanalistas e a frequência com que os primeiros aparecem mais simpaticamente que os segundos frente às políticas públicas ou privadas de saúde, dado o caráter pragmático que caracteriza suas propostas. Mas também da manutenção de sua força nos meios escolares, apesar da condenação mais ou menos geral de seus postulados teóricos. Pois bem, seu sucesso atual parece repousar sobre o fato criado pela direção capitalista que transformou a sociedade num equivalente da caixa do experimentador.

O crescimento galopante das populações cria a necessidade de procedimentos mais genéricos que atinjam muitos ao mesmo tempo. É por isso que o registro do “econômico” vai se sobrepondo em importância, em todas as discussões sociais, ao registro do “político”.

Dizer de uma greve que ela é política é desqualificá-la uma vez que a única greve considerada legítima seria aquela causada por motivos econômicos, tais como reajustes de salário ou benefícios pecuniários.

As populações deveriam entregar a política aos políticos, profissionais no assunto e, portanto, capazes de “gerir” a coisa pública com mais técnica, ainda que elas tenham em geral, pelo menos nos países em desenvolvimento, uma impressão ruim do trabalho destes que elas escolheram para lhes representar. Elas pretendem se manifestar apenas quando algo atinge seu próprio “bolso”.

Assim dito, bastaria indicar o que isto guarda de proximidade com o rato privado em suas necessidades vitais, “manipulado” pelo experimentador que, para tornar possível

seu poder de influência sobre ele, precisa restringi-lo em seu movimento e “controlar” suas necessidades vitais.

Mas apagar o desejo é uma tarefa “impossível”. Uma vez atravessados pela linguagem, nossa satisfação se tornou errante, precária e, sobretudo, parcial.

O Mercado, então, se desequilibrará porque, entre outras coisas, a previsão de consumo de um tal produto não se cumpriu, outro produto se lançou e deslocou uma demanda de seu destino anteriormente previsto, etc.

O Capitalista sabe, pragmaticamente, que precisa “variar”, “criar” com seus objetos porque o desejo humano é lábil. Por conta de sua insaciabilidade ele dispara o tédio que nos impulsiona a procurar o diferente, ainda que seja para tentar encontrar nele a mesma pecha de satisfação que tinha nos movido em direção ao objeto anterior.

Mesmo assim, a estratégia do Capitalista é tentar esmerar-se cada vez mais em busca do objeto perfeito, aquele que criaria a necessidade absoluta de seu consumo, em uma palavra: sua “dependência”. A indústria do narcotráfico, das mais milionárias em todo o mundo, soube fazer bem o uso desta característica do Capitalismo valendo-se de sua proibição, inclusive, para incrementar o valor de seu objeto oferecido.

Ainda como uma última palavra sobre esta naturalização do humano, poderíamos nos perguntar se aquilo que Foucault (1971) isolou com o nome de “Bio” poder, não flagra também, de uma outra forma, a mesma operação de tentar reduzir o homem ao animal. Afinal promover a Vida como principal valor da sociedade não deixa de contribuir com o obscurecimento daquilo que nos diferencia dos animais, uma vez que neste particular esta diferença não existe.

A “razão instrumental”, o complemento da naturalização do humano, é o segundo ponto que nos importa desenvolver retomando a imagem do rato na caixa do experimentador como modelo.

De fato, o experimentador acredita poder atingir seus resultados controlando variáveis de um tal modo que o “instrumentalize” a instalar a resposta adequada.

O mais importante para ele nesta tarefa não é o que ele pode conseguir com aquele rato em questão, mas o que pode compreender desta experiência que possa ser “generalizado”, transformado em regra geral que valha para todos os outros ratos, mas

também, como indica o behaviorismo, para os humanos. Todos conhecemos a versão que o senso comum consagrou para o termo “cobaia”, sempre servindo para aludir a alguém que se deixa “usar” para a obtenção de benefícios que ele mesmo muito provavelmente não poderá usufruir.

É assim que o papel da “estatística” se torna justificável, imprescindível e decisivo. É preciso apresentar números consistentes para justificar que uma regra vale, quer dizer, que ela tenha um valor geral, potencialmente para todos. Algo que tenha valido só para um rato não pode ser aproveitável, já que não representa nada estatisticamente ainda que denuncie provavelmente uma particularidade daquele rato, ou mais ainda, da “relação” existente entre ele e o experimentador, esta para sempre “forcluída” por força do discurso científico moderno.

Como todos sabem, nada numa pesquisa pode ter a ver com as peculiaridades do pesquisador, sob pena de que o resultado seja questionável por sua não “replicabilidade” (é a réplica que é a regra: criar semelhanças). O tratamento estatístico está comprometido intrinsecamente com o apagamento de qualquer questão “singular”.

O sutil desta operação, se a tomamos de novo pelo viés político que ela representa, é o que tem nela de indutor de um “conformismo”, ou seja, do que ela induz a todos, depois de configurada a estatística, para que se comportem “conforme” o que esta estatística determina. Depois dela, todos passam a ser considerados a partir de uma “curva-padrão”.

Quanto mais as pessoas se comportem da mesma maneira mais é possível tomá-las em conjunto, o que parece ser crucial quando se trata de gerir uma grande população.

A capacidade de “diluir-se no grupo” aparece cada vez mais como uma virtude a ser instaurada como ironiza Chico Buarque de Holanda, na canção Construção, citado por Bolle (1980) ao dizer: “morreu na contramão atrapalhando o tráfego”.

É por isso que a estatística não é de modo algum um ideal anódino. Ela está comprometida com um tipo particular de regime de controle das pessoas, que trabalha modelando comportamentos feitos especialmente para se estabelecer um padrão, que será em seguida a base de procedimentos técnicos que se instrumentalizarão a partir destes dados para gerir a população, agora já devidamente categorizada.

Imbuído da certeza com relação a seus objetivos o experimentador não se pergunta mais pela justeza deles, apenas se detém nas maneiras de atingi-lo. Nem pode mesmo consultar o rato, menos pelo fato de que ele não fala, mas mais pela confiança que tem na legitimidade de suas intenções que tornaria obsoleta qualquer necessidade de consulta.

Mas, talvez resida no fato de que o rato não fale, a principal questão a destacar.

A comparação entre o homem e o animal revela seu mais agudo problema neste ponto.

Paul Ricoeur escreve: 'A situação criada pelas ciências é de uma grande importância política. Desde que o papel da linguagem está em jogo, o problema se torna político por definição, pois que é a linguagem que faz do homem um animal político.' (GORI; DEL VOLGO, 2005, p.213) (tradução livre).

Uma desvalorização da palavra, inevitável dentro de uma tal perspectiva, precisou acontecer antes entre os homens para que a comparação com os animais pudesse ser sustentável. Ela é tributária, na verdade apenas o outro lado, da desvalorização do político que acima nos referíamos.

O próprio surgimento tardio da Lingüística e da Psicanálise no campo das ciências, ambas essencialmente marcadas pela tentativa de destacar a primazia da linguagem no humano, testemunha a necessidade de uma recuperação do papel da linguagem que pareceria ter se esvaziado pela operação principalmente orquestrada pela Ciência. Afinal, lembremos que a linguagem na ciência vai caminhar para expressar uma verdade supostamente contida no objeto, ou seja como puro enunciado, desligado de qualquer enunciação.

Mas não se trata de um desvalorização qualquer da palavra. Nem mesmo esta desvalorização é de todo modo evidente, uma vez que é habitual se dizer que jamais os seres humanos falaram tanto, possibilitados pelos modernos recursos tecnológicos agora colocados a sua disposição. O ainda, que mesmo numa sala de aula nunca se deu tanto espaço para que a palavra circule como nos dias de hoje..

A desvalorização da palavra a que nos referimos precisa ser melhor deslindada. É aquela que aparece como um dos ingredientes decisivos de um certo fracasso na atual educação, mas é também aquela que põe em xeque a validade de se fazer uma psicanálise

hoje em dia face a tantas outras ofertas, supostamente mais rentáveis e que se apresentam como alternativas mais pragmáticas.

Trata-se de uma desvalorização fomentada, como salientávamos acima, por uma operação típica do discurso científico que separa o enunciado de qualquer enunciação e que se disseminou em todo tecido social. Aliás é esta disseminação que nos autoriza a tomar a ciência como o “Discurso da ciência” e não considerá-la apenas uma atividade humana entre outras.

E será mesmo a noção de discurso, tal como foi elaborada por Lacan (1969-70c), que talvez nos permita chegar mais próximo de nosso problema original, uma vez que ela foi cunhada para dar conta exatamente desta passagem que leva o homem em direção ao laço com outro em função de sua relação impossível com o objeto.

A palavra, a transferência: aprende-se por amor!

Uma charge bem humorada sobre a experiência pavloviana de condicionamento do cachorro parece ressaltar o ponto fundamental da questão. Nela o cachorro, agora falante, aparece respondendo a um colega que lhe indagava, eufórico, sobre sua boa saúde:

“- Tenho comido bem... Acontece que encontrei alguém que me dá tudo que quero comer bastando para isso que eu fique com água na boca quando soa uma certa campainha.”

A “humanização” do cachorro feita pelo autor da charge denuncia a diferença entre o homem e o animal que pretendemos destacar: “que a relação sexual não existe!”

Esta fórmula lacaniana, presente em boa parte de sua formulação teórica, merece, antes que façamos dela algum uso, no mínimo um pequeno esclarecimento.

O uso do recurso aforismático, abundante na obra lacaniana, exige um trabalho de recomposição das linhas argumentativas presentes em sua constituição. O aforisma é sempre a condensação, numa frase rápida e de efeito, de um longo percurso teórico que culmina numa frase. Assim sendo, ele é prenhe de polissemia e tende a nunca ser esgotado em suas possibilidades de leitura.

Não é nossa intenção tentar esgotá-lo, mas, antes, explorar um ponto bem específico por ele proposto que nos permite aclarar questões da Educação atual, particularmente as

que estão em torno da presença deste termo: a “relação professor-aluno”, que goza de uma grande disseminação no campo pedagógico contemporâneo. Ele é organizador de debates, é campo de pesquisa, categoria conceitual, temas de livros e artigos, etc.

Que a relação sexual não exista quer dizer, entre outras coisas, que o termo relação está sendo paradoxalmente relativizado e valorizado.

Relativizado na medida em que se quer marcar o caráter precário, insuficiente e “impossível” de qualquer relação com o objeto de nossa satisfação, objeto que a Psicanálise destacou como sempre substituível dada sua inexistência enquanto objeto fixo do instinto. Mas é também precária nossa tentativa de compensação desta insuficiência quando busco os outros para tentar suprir o que esta impossibilidade me acarreta.

Valorizado quando indica que “as relações com o outro” (escrito assim no plural propositalmente para marcar que se tratam de relações concretas, singulares e não relações abstratas) são a saída “possível”, ainda que precária para esta impossibilidade fundamental.

Que o colega cachorro pergunte a seu amigo afortunado “qual o segredo” de tão boa saúde, apenas explicita o traço humano da dúvida permanente sobre qual o objeto que nos satisfaria. Podemos observar nos animais que eles aprendem por observação a um outro, mas o traço humano aparece aqui, bem entendido, na formulação de uma pergunta.

O outro é suposto conter uma resposta, não o objeto mesmo.

De outro lado podemos comentar a disjunção que surge entre o que o experimentador acredita obter do cachorro e o que o cachorro pensa ter obtido do experimentador. Esta é uma outra versão do aforisma lacaniano sobre a relação sexual: a de que o gozo que cada um obtém com o outro “não é complementar”. Na verdade, seria importante esclarecer que nem mesmo se poderia falar em gozo obtido com o outro, uma vez que o outro é para a Psicanálise apenas aquele que sustentará um gozo cujo circuito passa por ele, mas não se realiza nele. Não vamos aqui enveredar por toda a distinção elaborada por Lacan entre o Outro e o outro. Nos serviremos especificamente deste ponto que aclara o que há de “semblante” nas relações humanas.

Certamente é um dado semblante sustentado pelo cão que permite o experimentador pensar que o condiciona e que ele obedece suas regras, quando na verdade o que se passa do lado do cão é algo completamente diferente.

Quem poderia garantir que o animal, ao contrário do que pensa o experimentador, não toma aquele dado apresentado apenas como uma informação da realidade, ou seja, como algo dado e não que ele responda a vontade do experimentador.

Mas o bom humor da charge parece explicar melhor o “engodo”, sempre presente em qualquer relação: o fato de que ambos parecem se satisfazer de algum modo sem que nada da satisfação de um tenha de complementar a do outro.

Mas na charge vemos também que o cão leva em conta as manobras do experimentador em seus cálculos. Ele precisa levar em conta a questão: “o que o outro quer de mim?”

Sua “boa saúde” depende do que ele puder extrair de consequência do desejo do experimentador sobre ele. Caso ele não atue em alguma medida o papel que lhe é esperado representar na cena do outro, sua “boa saúde” estará ameaçada.

Lacan (1966(b)) em seu texto sobre “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada” se valerá do apólogo dos prisioneiros para indicar a mesma dependência intrínseca que obriga os vários personagens a levar em consideração a estratégia que uns tem em relação aos outros.

Encarceirados, três prisioneiros ouvem a promessa de liberdade condicionada a um desafio da qual só um saíria vencedor. Desafio que consistia em adivinhar qual era a cor dos círculos que haviam sido estrategicamente desenhados em suas próprias costas. Como havia uma lógica na distribuição dos círculos cada observador só poderia chegar à conclusão examinando a estratégia de investigação do outro que, por sua vez estaria simultaneamente fazendo o mesmo. Como prêmio: a liberdade.

Mas não seria de fato isso o que, tanto o cão como o experimentador, estariam mutuamente buscando? A liberdade?

Neste caso a liberdade no sentido que podemos depreender da lógica hegeliana tal como recuperada por Lacan (1969-1970c) na “dialética do Senhor e do escravo”, tão cara à construção da teoria dos discursos, em particular o Discurso do mestre.

Trata-se de pensar numa relação dialética em que um para estar no comando (mestre) precisa que o outro se alinhe numa posição de dominado (escravo) e que reconheça a posição do primeiro.

Em termos psicanalíticos é a transferência, o termo criado para dar conta do campo de engodo que se estabelece entre dois que se acham numa relação na qual qualquer cálculo que um faça sobre o outro é ao mesmo tempo vital e enganoso.

Vital porque aí o sujeito aparece totalmente engajado, mas enganoso, porque ele está condenado a fazer este cálculo apenas com os elementos que deduz do outro, a partir de suas próprias impressões, que não vêm de outro lugar senão de suas experiências anteriores.

Freud descobre a transferência um pouco por acaso, como ocorre sempre quando há verdadeiramente “descoberta”, ou seja, no sentido pleno da palavra que implica “achar o que não se estava procurando”. Foi como “perturbação à técnica” que ela lhe aparece, exatamente fazendo obstáculo à aplicação da técnica interpretativa tal como Freud trabalhava naquela época.

Foi se dando conta de que “sua presença” na cena do outro havia lhe passado inadvertida e que esta desconsideração lhe custava caro para a direção da cura, que Freud formula a importância de se levar em consideração a transferência.

Mas também é como amor que ele a descobre, o amor de transferência, que viria mais tarde contribuir para todo um alargamento produzido pela Psicanálise da noção de amor.

A relação professor-aluno, assim como a relação sexual, não existe porque sua ambição, pelo menos no discurso pedagógico hegemônico, é a complementaridade que ela pretende inscrever entre os dois pólos.

Para perceber isto basta que examinemos os inúmeros textos que tratam do assunto, em geral presente em todas as perspectivas teóricas que dominam o discurso pedagógico. De um lado apresentam uma versão de “como funciona o aluno” e de outro a versão correspondente de “como deveria se portar o professor”.

Tributários da lógica tecnicista tais textos desembocam sempre numa prescrição de papel para o professor. Mas chegando na sala de aula, o professor não tarda a constatar que o aluno que ele encontra não é aquele sobre o qual ele lera, que este se presta mal a fazer o semblante necessário à operação planejada.

Como ocorrido com Freud o professor descobre também a transferência como perturbação da técnica. É investido pelo aluno e o investe de um tal modo que escapa a seu controle.

O termo “contra” transferência (no alemão, “gegen”), não quer dizer apenas em contraponto com a transferência que parte do paciente ou do aluno em direção ao analista, mas quer dizer também “perto”. Ou seja, é preciso estar “por perto” para experimentar, assim como para servir ao outro como pólo de enganchamento.

Por isso propomos o termo “encontro” professores e alunos no lugar do termo “relação” para sublinhar o caráter vivo, concreto, imprevisível e improvisado característico do que se passa entre humanos.

Aqui poderíamos lançar a pergunta: Como fica este ponto em particular (o estar perto de) na educação dita à distância?

A perspectiva tecnicista tenta anular este caráter transferencial das relações para introduzir aí uma lógica semelhante a da caixa do experimentador que garantiria o controle de variáveis dentro do qual se acredita poder conduzir-se em direção ao resultado esperado.

O tipo particular de desvalorização da palavra a que nos referíamos acima é este encampado pela estratégia tecnicista, ou, se a quisermos escrever nos discursos de Lacan, a estratégia capitalista.

A transferência é o que testemunha que há um laço, não entre dois, intersubjetivo, posto que a noção de laço em Lacan não pertence a uma lógica intersubjetiva. A transferência testemunha o laço porque ela captura dois num mesmo discurso, feito os enxadristas que se relacionam durante o jogo de um tal modo que cada um está implicado naquilo que é o outro, apenas pelo jogo em comum, mesmo que eles nunca tenham se relacionado antes.

Quando se pretende que o sujeito encontre seu bom termo no objeto feito para ele, tal como tenta estabelecer o discurso do Capitalista, é preciso lançar mão de um dispositivo específico em relação à linguagem, uma vez que foi ela que nos separou profundamente do objeto.

A ordem simbólica faz de nós animais desnaturados pela linguagem, pela introdução de um gozo pulsional que substituiu a instintualidade animal; passando de um mundo de instintos para um mundo de pulsões, o ser humano perde e ganha, o que ganha é a faculdade de falar, é o mundo das palavras; o que perde é sua adequação às coisas, também sua adequação a si mesmo (LEBRUN, 2001, p. 117).

Levado a adequar-se novamente ao objeto precisaria perder o que antes havia ganho, ou seja, a faculdade de falar. Evidentemente que se trata aqui de uma operação cuja extensão não nos devolve ao reino instintivo, fato impossível, mas que talvez nos aproxime, é o que pretendemos sugerir, do funcionamento da máquina.

À semelhança dos animais na máquina a linguagem é também “sínica”. Todos já fizeram a prova disto ao tentar procurar qualquer coisa num dos sistemas de busca à disposição na Internet, em que ao colocar uma palavra qualquer somos confrontados com uma pesquisa cuja quase infinidade de “encontrados”, obtidos ao varrer a palavra em seu valor objetivo e não em sua articulação significante, testemunha o quanto esta linguagem se afasta da humana.

Podemos tomar como exemplo a existência, em São Francisco, de comunidades multimídias em que as pessoas só se comunicam entre si pelo computador e, quando se encontram em noitadas combinadas com este objetivo em lugares reservados especialmente para elas, nomeiam-se pelos seus códigos e não querem se conhecer a não ser assim. Seus verdadeiros nomes permanecem desconhecidos e suas conversas abundam em vocábulos-signos e terminologia-código (LEBRUN, 2001, p. 102).

A transferência é a dimensão em que a palavra se atualiza, em que ela tem sua implicação, é também o lugar onde qualquer influência sobre o outro é possível.

Quando Freud abandona a hipnose e parte para a Psicanálise, privilegia a palavra exatamente nesta dimensão.

Na hipnose, a palavra, embora tenha mostrado a Freud seu valor significante, sua potência na determinação do comportamento, é evidenciada em sua dimensão sínica, afinal, lembremos que na hipnose o paciente realiza o que o hipnotizador lhe diz. Na transferência, por sua vez, o paciente é convidado a enveredar pelo labirinto de seu discurso e testemunhar aí (por isso deve estar acordado) o deslizar de seu próprio desejo.

Talvez não seja por acaso que os pais comparem o que acontece com as crianças na frente do computador a um processo hipnótico; precisam acordá-los de sua suspensão no

tempo. A virtualidade proposta apaga o contato com a dimensão temporal que é aquela que se evidencia na dimensão transferencial.

A palavra virtual foi tomada de empréstimo ao latim escolástico *virtualis*, ele mesmo saído de *virtus*, potência, força e que quer dizer ‘que só existe em potência e não em ato’. Pierre Levy afirma: ‘O virtual tende a se atualizar, sem ter passado, entretanto, à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Com todo rigor filosófico, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes’ (LEBRUN, 2001, p. 120).

Se o professor for de fato insubstituível em sua presença face ao aluno será pelo poder que tem sua presença de evocar a palavra em seu potencial transferencial. Acreditar que ele possa ser substituído por um computador só pode ser pensado dentro de um sistema que já o reduzira antes a portador de “informações”, ou seja, a um arauto da verdade contida supostamente no objeto.

Que um professor deva eclipsar-se frente ao aluno permitindo que ele acesse o objeto de conhecimento, premissa tantas vezes alardeada pelo discurso pedagógico hegemônico, é algo que não deveria ser alçado à condição de uma premissa metodológica.

Sua posição, a maneira como ele investe o objeto com um “dom”, o fascínio ou a repulsa que ele provoca quando ensina, não são elimináveis mesmo que o desejássemos. Mas porque deveríamos desejar tal coisa? Por acaso o sentido de qualquer objeto não conta com a forma pela qual ele nos foi apresentado? Haveria algo de pernicioso neste tipo de “contaminação” da informação? Restringir o objeto ao discurso que adere supostamente a sua objetividade não amputa este objeto de sua dimensão propriamente humana?

O que talvez o experimentador não contasse é que no final o rato-humano pudesse aprender sem que qualquer operação em suas necessidades vitais fosse realizada. Não é necessário privá-lo em nada para que ele aprenda.

A cria humana aprende fundamentalmente para participar de um mundo no qual ele “é desejado e deseja” participar, e pela mesma razão ela às vezes não aprende o que se pretende que ela aprenda. De qualquer modo não é para a sobrevivência que se aprende, mas “por amor”.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Condition de l'homme moderne**. Paris: Calmann-Lévy, 1994, [1958].

BOLLE, A. B. M. **Chico Buarque de Hollanda**: seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico, exercícios. São Paulo: Abril Educação, 1980. p. 28-29.

CANGUILHEM, G. **Qu'est-ce que la psychologie?** Études d'histoire et de philosophie des sciences. Paris: Vrin, 1968.

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. [1930] Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996, v. 21

GORI, R.; DEL VOLGO M. J. **La santé totalitaire**: essai sur la médicalisation de l'existence. Paris: Denoël, 2005. p. 264.

LACAN, J. **Escritos. O estádio do espelho como formador da função do eu**. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1998a, [1966], p. 938.

_____. **Escritos. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada**. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1998b, [1966], p.938.

_____. **O seminário. Livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1998c, [1969-1970], p. 210.

_____. **O Seminário. Livro 20**: Mais ainda. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1985, [1972-73], p.201.

LEBRUN, J. P. **Um mundo sem limite**: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 2004, p.218.

2001: uma odisséia no espaço. Direção: Stanley Kubrick. São Paulo: Metro-Goldwyn-Mayer, 1968. 141 min., color, legendado. (Tradução de 2001: A Space Odyssey – Fita de vídeo – VHS/NTSC. Ficção).

DOSSIÊ

Cuerpo, Lenguaje y Enseñanza

Área Temática: Diferenças e Subjetividades em Educação

RINALDO VOLTOLINI

Psicanalista, Professor Doutor em Psicologia, leciona Psicologia e Psicanálise na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Brasil), Departamento de Filosofia e Ciências da Educação e Laboratório de estudos e pesquisas psicanalíticas e educacionais sobre a infância (LEPSI);

Email: rvoltolini@usp.br

Aceito em: 21/06/2007
Publicado em: 23/07/2007